



As ações do Inep como instrumentos de gestão de políticas públicas

Professor: Marcos Nunes Soares
Período: Julho de 2013.

BREVE HISTÓRIA DO INEP

Criado por Lei em 1937 como Instituto Nacional de Pedagogia.

Em 1938 foi regulamentada sua **organização e estrutura** e passou a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com as seguintes funções:

- I. Organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas.
- II. Manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro.
- III. Promover inquéritos e pesquisas.
- IV. Prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos.
- V. Divulgar os seus trabalhos.

BREVE HISTÓRIA DO INEP

O Inep configurou-se, então, como o **primeiro órgão nacional a se estabelecer de forma duradoura** como fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica e **tornou-se uma referência para a questão educacional no País** (Lourenço Filho, 1964).

Em 1944 foi lançada a **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)** que publicava todas as informações produzidas pelo Instituto com o objetivo de atender aos gestores, pesquisadores e estudiosos da educação.

Em 1952 Anísio Teixeira assume a direção do Instituto e confere maior ênfase à pesquisa e criou **centros regionais de pesquisas educacionais**.

BREVE HISTÓRIA DO INEP

Em 1972 foi transformado em **órgão autônomo** e **passou a designar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, com o objetivo de realizar levantamentos para subsidiar a reforma do ensino que se encontrava em andamento.

Entre 1973 e 1976 os **centros regionais foram extintos** e o Inep foi transferido para Brasília.

A partir de 1985 o Inep passou por novo desenho institucional e retomou sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação. **Quase foi extinto no governo Collor.**

BREVE HISTÓRIA DO INEP

Nos anos 90 teve início um **novo processo de redefinição de sua missão**, centrado em dois objetivos:

1. Reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando **melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões em políticas governamentais**.
2. Reforço do processo de disseminação de informações educacionais, **incorporando novas estratégias e modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações**.

Em 1997 é **transformado em autarquia federal** e tem incorporado às suas funções os **serviços de estatísticas da educação e de avaliação educacional**.

BREVE HISTÓRIA DO INEP

Em 2003, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais **Anísio Teixeira**.

Em **2009**, tem incorporado às suas atribuições a realização de **exames em larga escala** e opera significativa mudança no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como mecanismos de seleção para o acesso às Instituições de Ensino Superior (IES).

FINALIDADES ATUAIS DO INEP – Decreto 6.317/2007

I - planejar, coordenar e subsidiar o **desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais**, em articulação com o Ministério da Educação;

II - planejar, organizar, manter, orientar e coordenar o **desenvolvimento de sistemas de estatísticas educacionais e de projetos de avaliação educacional**, visando ao estabelecimento de indicadores educacionais e de desempenho das atividades educacionais no País;

III - planejar e operacionalizar as ações e procedimentos referentes à **avaliação da Educação Básica**;

FINALIDADES ATUAIS DO INEP – Decreto 6.317/2007

IV - planejar e operacionalizar as ações e procedimentos referentes à **avaliação da Educação Superior**;

V - desenvolver e implementar, na área educacional, **sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais e gestão das políticas educacionais**;

VI - subsidiar a **formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos, pesquisas e recomendações decorrentes dos indicadores e das avaliações da educação básica e superior**;

FINALIDADES ATUAIS DO INEP – Decreto 6.317/2007

VII - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de **exames de acesso à educação superior**;

VIII - promover a **disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos** de seus sistemas de informação;

IX - apoiar **os Estados, o Distrito Federal e os Municípios** no desenvolvimento de projetos e sistemas de estatísticas e de avaliação educacional;

FINALIDADES ATUAIS DO INEP – Decreto 6.317/2007

X - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral; e

XI - apoiar o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos necessários ao fortalecimento de competências em avaliação e em informação educacional no País.

FINALIDADES ATUAIS DO INEP – Decreto 6.317/2007

X - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral; e

XI - apoiar o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos necessários ao fortalecimento de competências em avaliação e em informação educacional no País.

AMPLIAÇÃO DAS FINALIDADES

Subsidiar os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos, pesquisas e recomendações decorrentes dos indicadores e das avaliações da educação básica e superior.

O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?

É um sistema (fluxo) de decisões públicas que visa a ações ou omissões preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos (humanos, materiais, financeiros) necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

CARACTERÍSTICAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

- 1. Institucional:** a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante.
- 2. Decisória:** a política é um conjunto-sequência de decisões relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.
- 3. Comportamental:** implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular.
- 4. Causal:** são os produtos de ações que tem efeitos no sistema político e social.

O PROCESSO DE POLÍTICA PÚBLICA

1. Um problema é identificado.
2. As informações sobre o problema tornam-se disponíveis para as unidades de decisão (insumos).
3. O problema é incluído na agenda do poder público.
4. As políticas são elaboradas (identificação de alternativas).
5. Selecionam-se as alternativas (implementação).
6. As políticas são planejadas e organizadas (implementação).
7. As políticas são colocadas em prática (execução).
8. As políticas são acompanhadas (monitoramento).
9. Os impactos das políticas são sentidos (resultados).
10. Os efeitos produzidos pelas políticas são avaliados.

A não disponibilidade de dados adequados e confiáveis limitam a capacidade de projeção dos formuladores de políticas.

O CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



ATORES DA POLÍTICA PÚBLICA

São todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.

Os atores relevantes são aqueles que tem a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e o resultado das políticas públicas.

Podem ser individuais ou coletivos (grupos de interesse).

Podem ser governamentais (políticos, burocratas, etc.) ou não governamentais (grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, organizações do terceiro setor, fornecedores, organismos internacionais, etc.)

O analista de políticas públicas deve ser capaz de identificar os atores nesse processo.

PRINCIPAIS AÇÕES

[Censo Escolar da Educação Básica](#): levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente e cujas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos para programas como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

PRINCIPAIS AÇÕES

[Censo da Educação Superior:](#) reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

[Avaliação dos Cursos de Graduação:](#) procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

[Avaliação das instituições de Ensino Superior:](#) compreende a análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e a verificação, *in loco*, da realidade institucional, dos seus cursos de graduação.

PRINCIPAIS AÇÕES

[Exame Nacional de Desempenho de Estudantes \(ENADE\)](#): tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

[Exame Nacional do Ensino Médio \(Enem\)](#): criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade, passou a ser utilizado, a partir de 2009 também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Respeitando a autonomia das universidades, a utilização dos resultados do Enem para acesso ao ensino superior pode ocorrer como fase única de seleção ou combinado com seus processos seletivos próprios.

PRINCIPAIS AÇÕES

[Exame Nacional Para Certificação de Competências da educação de Jovens e Adultos \(Encceja\)](#): avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extra-escolar.

[Sistema de Avaliação da Educação Básica \(Saeb\)](#): pesquisa por amostragem, do ensino fundamental e médio (alunos do 5º e 9º anos e 3º ano do ensino médio, realizada a cada dois anos (Prova Brasil/SAEB)

[Índice de Desenvolvimento da Educação Básica \(IDEB\)](#): indicador calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no [Censo Escolar](#), e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o [Saeb](#), que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco, organizadores. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília, UnB, 2009.

FERRAREZI, Elisabete e SARAVIA, Enrique. *Políticas públicas: coletânea* (2 volumes). Brasília, ENAP, 2006.

PARSONS, Wayne. *Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas*. México, FLACSO, 2007.

Obrigado!

Contatos:

E-mail: marcos.soares@inep.gov.br

Telefone: 2022-3618